



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E
TRADICIONAIS**

REQUERIMENTO Nº DE 2023

(Da Sra. Célia Xakriabá)

Requer a realização de Audiência Pública sobre as violações dos direitos da comunidade tradicional Quilombola do Campinho, situada no município de Congonhas - MG.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública sobre as violações dos direitos da comunidade tradicional Quilombola do Campinho, situada no município de Congonhas - MG.

JUSTIFICAÇÃO

O Quilombo de Campinho foi certificado pela Fundação Cultural Palmares em 10 de outubro de 2022, está localizado no município de Congonhas, Minas Gerais, e se formou há mais de 150 anos, pelo menos 60 anos antes da emancipação de Congonhas enquanto Município.

Apesar das proteções garantidas pela Convenção 169 da OIT e pela Constituição Federal de 1988, o Município de Congonhas fez procedimentos de desapropriação de imóveis localizados no interior do território da Comunidade Quilombola de Campinho e, ainda, mais recentemente, iniciou obra para a





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)

construção do Conjunto Habitacional Campinho, também no território da mencionada comunidade quilombola. Tudo isso sem realizar a indispensável consulta prévia, livre, informada, consentida e de boa fé prevista na Convenção 169 da OIT.

Diante dessa situação, a Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais – N'Golo ajuizou Ação Civil Pública (ACP) distribuída sob o número 1010519-54.2023.4.06.3800 à 12ª Vara Federal Cível da Subseção Judiciária de Belo Horizonte/MG. Mesmo com o ajuizamento da ação que visa à proteção e regularização do território quilombola e a imediata paralisação da obra, a Administração Municipal continuou e acelerou os trabalhos no canteiro de obra para a construção do conjunto habitacional, provavelmente com o intuito de gerar fato consumado e alegar isso perante ao Poder Judiciário.

Nosso mandato parlamentar tem acompanhado o conflito que chegou até o Supremo Tribunal Federal por meio de Reclamação distribuída pela Federação Quilombola N'Golo. Já estivemos no território, oficiamos e nos colocamos de maneira veementemente contrária à conduta do ente municipal quanto à violação histórica dos direitos territoriais do Quilombo de Campinho. É necessária a suspensão dessa situação de ameaça, a responsabilização dos agentes públicos envolvidos, a regularização do território tradicional e a devida reparação à Comunidade Quilombola de Campinho.

Ante o exposto, a realização da Audiência Pública ora requerida é, portanto, uma excelente oportunidade para que parlamentares e a sociedade em geral tenham conhecimento do conflito que recae sobre a comunidade tradicional Quilombola de Campinho e para que sejam assegurados os seus direitos, motivo pelo qual solicito a aprovação deste Requerimento aos nobres pares desta Comissão.

Sala de Comissões, em de dezembro de 2023.

DEPUTADA FEDERAL CÉLIA XAKRIABÁ
PSOL/MG

